

Pedras que falam - Os moinhos da Maia (S. Miguel, Açores)

Por José Bettencourt da Câmara (Universidade de Évora)

É já como “moinhos da Maia” que no tempo de Gaspar Frutuoso, que usa efectivamente a expressão, é denominado o vasto conjunto dessas primevas unidades industriais que durante cerca de cinco séculos – até que há algumas décadas, por força do desenvolvimento económico e tecnológico, foram abandonadas – serviram as necessidades de transformação do milho e do trigo em farinha de toda a população do que até ao século XIX se chamou o lugar da Maia, na ilha de S. Miguel (Açores). Ao descrever as terríveis consequências com que à costa norte da ilha se estendeu o terramoto que subverteu Vila Franca do Campo na noite de 21 para 22 de Outubro de 1522, o cronista refere os moinhos locais, podendo deduzir-se do número de pessoas que albergavam que eram, já então, em quantidade significativa: “Levou a terra, que correu, muito gado e currais ao mar, e os *moinhos da Maia*, onde estavam dois casais,



Moinhos dos Calhambazes. É visível a “patine” com que o sal trazido pela aragem marítima foi cobrindo as paredes das construções e os rochedos circunvizinhos, matizando a cor escura do basalto.

em que podiam estar nos moinhos e casais até quarenta pessoas, porque dentro nos moinhos estavam somente vinte e duas e escaparam só dois homens, João Luis e Amador Martins, filho de Martim Lourenço” (1). Outra passagem do Livro Quarto das *Saudades da terra* precisa a localização do que já devia constituir o aglomerado maior dessas construções: “Junto está a ponta dos Moinhos, que sai pouco ao mar e tomou o nome destes seus vizinhos” (2). Mais tarde, já no início do século XVIII, também o Padre António Cordeiro não os esquece na breve referência que na sua *História insulana* consagra à Maia, informando que “(...) tem pouco adiante os seus moinhos (...)” (3).

Não era seguramente o número de moinhos que Frutuoso pôde constatar tão elevado como aquele que hoje ali encontramos, e que resultaram, incluindo os já desaparecidos moinhos do Soalheiro, do progressivo crescimento demográfico do lugar da Maia ao longo do Antigo Regime. Os números de fogos e de pessoas que os cronistas também fixaram exprimem a natural progressão da população local: esta cresce das 307 “almas de confissão” registadas por Gaspar Frutuoso (4) em finais do século XVI para as 785 “almas maiores” e 137 “menores” contadas por Frei Diogo das Chagas (5) em 1646, para as 1488 “almas de confissão” que figuram em *A Margarita Animata* de Francisco Afonso de Chaves e Melo, obra publicada em 1723 (6), e, mais de um século depois, até às 2669 “almas maiores”, de acordo com o mapa estatístico de 1837, citado por Francisco Ferreira Drumond (7).

1 – Gaspar Frutuoso, *Saudades da terra*, Livro IV, Vol. II, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1981, pp. 306-307. O itálico não é original.

2 – Gaspar Frutuoso, *Saudades da terra*, Livro IV, Vol. II, p. 95.

3 – António Cordeiro, *História insulana*, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1981, p. 141.

4 – Cfr. Gaspar Frutuoso, *Saudades da terra*, Livro IV, Vol. II, 1981, p. 95.

5 – Cfr. Frei Diogo das Chagas, *Espelho cristalino em jardim de várias flores*, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Angra do Heroísmo, 1989, p. 147.

6 – Cfr. Francisco Afonso de Chaves e Melo, *A Margarita Animata*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, p. 68.

7 – Cfr. Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos topográficos, políticos, civis e eclesiásticos para a história das nove ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1990, p. 96.



Um dos moinhos dos Calhambazes. Além da pequena janela, com a porta as únicas aberturas que os moinhos apresentavam, vê-se, ao nível do chão, a arcaria por onde ainda agora jorra a água, quando esta não foi desviada da levada.

Muito cedo, desde o século XVII, como é sabido, o crescimento demográfico, associado à ausência de transformações na estrutura produtiva (1), agravou dramaticamente, aqui como em todos os Açores, as condições de subsistência da população, compelindo uma elevada percentagem dela à emigração. Sabemos mesmo que o lugar da Maia foi dos mais atingidos por esse flagelo de quase toda a história social do arquipélago que atirou para longes terras um número considerável dos seus filhos, particularmente, e primeiro, para o Brasil: só ao longo da primeira década do século XIX, a Maia perdeu um terço da sua gente, sendo, proporcionalmente, o lugar de toda a ilha de S. Miguel onde mais se fez sentir então a sangria migratória. Tratando-se,

1 – Não seria este o lugar para nos pronunciarmos sobre a que é talvez a primeira grande questão histórica dos Açores, o endémico fenómeno da emigração, e a sua explicação, com raízes que remontam, em mais do que um sentido, ao próprio povoamento do arquipélago. Assim, não se pressuponha, nesta matéria, algum mathusianismo ingénuo, ou apressado, no que acima foi escrito.

decerto, de um dos grandes picos na história da emigração local, talvez só comparável ao que por meados do século XX se verificará, tendo como destino predominante o Canadá, não deixa de ser particularmente eloquente desse ingente problema que percorre, como foi dito, quase toda a história dos Açores. Tem de pensar-se, como já ao longo do século XIX alguns parecem ter começado a fazer, uma terra que força ao exílio uma grande parte da sua população, impotente para nela encontrar qualquer meio de subsistência! O fantasma da fome perdurou, aliás, pelo século XX dentro, deixando marcas na memória de alguns, idosos, ainda por meados desse século.

Recordemos que o lugar da Maia englobava uma parte significativa dos povoados da costa norte da ilha de S. Miguel entre a Ribeira Grande e o Nordeste: se do peso fundador, por assim dizer, do modo como na segunda metade do século XV foi definida localmente a propriedade da terra resultou, em parte, que os limites da freguesia, a ocidente, não ultrapassassem a Gorriana, já a oriente alargaram-se até aos Fenais e, a sul, até às Furnas. E se essas dimensões levam a que os Fenais da Maia, justamente argumentando com a excessiva distância que separava do centro do lugar os seus fregueses – que, como frequentemente diz Frutuoso, eram “muitos e nobres” (1) –, cedo se autonomizem como paróquia, já as Furnas – que se desenvolvem, por iniciativa dos Jesuitas, com a fixação de colonos maioritariamente provenientes do lugar da Maia (2) nas décadas subsequentes à devastadora erupção de 1630, que alterou a própria geografia do Vale (3) – permanecerão até ao princípio do século XVIII um curato da

1 – Gaspar Frutuoso, *Saudades da terra*, Livro IV, Vol. II, p. 94.

2 – Cfr. Marquês de Jácome Correia, *Leituras sobre a história do Vale das Furnas*, Oficina de Artes Gráficas, Ponta Delgada, 1924.

3 – A erupção vulcânica de 1630 nas Furnas é descrita por Frei Agostinho de Monte Alverne nas *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores* (Vol. II, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1961, p. 370). Daí destacamos, pela referência ao lugar da Maia, sede da freguesia a que pertenciam as Furnas, então local de eremitas, a seguinte passagem: “À terça-feira, três de Setembro, em amanhecendo, uns se acharam no lugar da Maia, que logo colocaram em lugar competente, outros em Porto Formoso com as imagens e com as relíquias, outros, não saindo dos matos por não atinarem com as suas veredas, passaram o dia sobre as serras, vendo a fúria do fogo; e por noite se ajuntaram todos no Porto Formoso, onde com lágrimas e pranto foram recebidos com caridade no povo, atribuindo a pecados passados o castigo de Deus que a seus olhos estava presente.”



Alguns dos moinhos da Viola. Nota-se particularmente, aqui, a acentuada inclinação do terreno que, com a abundância da água, permitiu a alimentação de cinco moinhos por uma só nascente.

Maia. E é só em 1907 que, por razão do seu desenvolvimento económico sobretudo, a Lomba da Maia, também curato até então, se separa da localidade a que continua a dever o nome, tornando-se paróquia (1).

A alteração que nessa data concedeu autonomia à Lomba colocou a maior parte destes moinhos fora da circunscrição da actual freguesia da Maia, tornando a expressão “moinhos da Maia” aparentemente inadequada para designar o vasto conjunto de

4 – Marcados pelo laicismo moderno, tendemos hoje excessivamente a distinguir paróquia de freguesia, o que nos pode levar, enquanto historiadores, a incorrer em verdadeiros erros de anacronismo. Pelo contrário, a leitura atenta dos cronistas ajuda a ter presente que historicamente as duas designações se identificavam, até recentemente assumirem, uma, sentido apenas religioso, a outra, sentido civil. Em torno da sua igreja matriz, a Maia constituiu, desde as origens, uma paróquia, um lugar, uma freguesia, com os limites acima descritos, vendo sempre defraudados os esforços dos seus notáveis para se autonomizar como concelho, visto a isso se opor Vila Franca, pouco disposta a perder todo o termo norte do concelho.

azenhas (1) que ainda hoje ali se encontram – inactivas, mas, apesar do estado de maior ou menor degradação de muitas delas, com a feição que seguramente mantiveram desde as últimas décadas do século XV, isto é, desde os primórdios da história açoriana (2). Desapareceram apenas as do Soalheiro, em número de cinco, segundo apurámos, as quais ainda se encontravam em funcionamento, como as demais, na década de 60 do século XX.

O que os cronistas chamaram os “moinhos da Maia” engloba quatro conjuntos de azenhas, que o povo designava pelos nomes dos sítios onde estão implantados, ou de que estão próximos: assim temos, de ocidente para oriente, isto é, da Maia até à Lomba da Maia, os moinhos do Nateiro, situados perto da foz da Ribeira da Faleira, os moinhos da Grota dos Vimes, ou da Viola, ou ainda do Barro Vermelho, os moinhos do Soalheiro, ou da Levada (3), e os moinhos dos Calhambazes, ou do Arrendamento, situados na foz da Ribeira do Salto (4). O estudo da molinologia, no âmbito açoriano e

1– O nome “azinha”, que não integra o vocabulário local, é aqui tomado apenas na acepção de moinho de água, não devendo levar a supor que se trata de azenhas do tipo de roda exterior, como encontramos em Portugal continental. Registámos aqui, todavia, o uso do vocábulo “azinha”, até princípios do século XX, para designar o sistema tecnológico (de que subsistirão ainda algumas grandes pedras, chamadas trilhos) que, puxado por bois, nas eiras servia para a debulha dos cereais.

2 – É difícil de entender, a não ser por desconhecimento da história, que os autores do *Inventário do património imóvel dos Açores* proponham, no volume concernente ao concelho da Ribeira Grande (Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, p. 318), como “época de construção inicial: séc. XIX/XX” para o que designam por moinhos da Viola (apresentando fotografias dos moinhos dos Calhambazes). Mesmo que não se tratassem das construções que Gaspar Frutuoso, na segunda metade do século XVI, certamente viu, tendo em conta a acção destruidora de terramotos posteriores, é evidente que não nos encontramos actualmente perante construções, ou reconstruções, do século XIX e muito menos já do século XX!

3 – Levada é aqui topónimo, designando o sítio onde se localiza, de facto, a nascente que servia os moinhos do Soalheiro, e a que, pela abundância de água, recorreram, até depois de meados do século XX, as gentes das redondezas para lavar roupa, ou tripas, na época das matanças do porco.

4 – Teria interesse recolher e estudar os topónimos desta região da ilha de forma minuciosa. O autor agradece a Eduarda Moreira Pereira (Lombinha da Maia) e a Carlos Pacheco de Bulhões (Maia) a confirmação de alguma da informação aqui contida.

É de corrigir parcialmente a informação da *Enciclopédia açoriana*, na rúbrica intitulada “Azenhas da Viola”. Não pode assim designar-se a totalidade do que historicamente se chamou “moinhos da Maia”, que, como acima é esclarecido, engloba quatro conjuntos de moinhos: os dos Calhambazes e os do Soalheiro, que não se identificam com os da Viola, sendo menos difícil de distinguir de todos estes os moinhos do Nateiro, os mais próximos da Maia.



Cubo de um dos moinhos dos Callhambazes. Vêem-se, abaixo, as paredes, já sem tecto, do moinho.

português, não pode esquecer este significativo conjunto, estabelecendo o quadro em os devemos inserir, assunto que deixaremos de fora destas linhas.

Os moinhos aproveitavam as potencialidades naturais do sítio, mormente no que respeita à inclinação do terreno até à linha da costa e à existência de água. De nascentes próximas, foi este elemento conduzido, em levadas, até às rústicas construções que, dispostos na encosta mais ou menos abrupta, eram assim alimentados em série pela água das mesmas nascentes, antes de esta desaparecer no mar. A abundância do recurso permitiu prescindir de soluções que visassem a sua retenção por meio de represas, como aconteceu, por exemplo, no caso dos moinhos do Tagarete, na ilha de Santa Maria, ou na freguesia de Santo Antão, na de S. Jorge.

Deste modo, cada linha de moinhos é alimentada por uma mãe-de-água, termo efectivamente utilizado pelos moleiros para designar as nascentes. Prescrevia a tradição, ao que parece, que cada nascente devia servir a cinco moinhos, ou apenas três: são cinco, com efeito, os moinhos dos Callhambazes e os da Viola, foram cinco os do Soalheiro, e apenas os do Nateiro são em número de três. Ao indagarmos as razões deste facto, ouvimos que assim devia ser por serem cinco as Chagas de Cristo e três as

Pessoas da Santíssima Trindade. Na sua dimensão simbólica, o número opera aqui, como em outras circunstâncias se verifica, uma verdadeira sacralização do espaço, assim tornado mais apto a ser habitado pelo homem.

É a excepcional riqueza de água na costa a oriente da Maia, manifesta no elevado número de nascentes e no volume de água produzida por algumas delas, que explica a construção dos moinhos bastante longe, relativamente ao centro da freguesia e aos demais povoados que ela reunia. Por outro lado, a ausência de nascentes com essas qualidades nas imediações explicará o facto de na Maia o tecido urbano e a toponímia não apresentarem marcas da presença destas antigas formas de actividade industrial. Com efeito, não deparamos ali com nenhuma Rua dos Moinhos, Ribeira dos Moinhos ou mesmo Rua do Pisão, ao contrário do que se verifica em algumas outras localidades açorianas. Perguntamo-nos, mesmo sabendo que para a pergunta não obteremos resposta, se o pequeno povoado com o simples nome de Moinhos na freguesia vizinha de Porto Formoso terá incluído apenas o tipo de construções que deram nome ao local, ou se, desde as origens, também casas de habitação. Tratar-se-á de um caso em que a existência de água, determinando a construção de moinhos, levou mais tarde ao aparecimento de habitações de moleiros (1)?

1 – Recorde-se, reforçando a evidência da importância dos moinhos na fundação dos povoados açorianos, as referências do Padre António Cordeiro e, antes ainda, do Padre Manuel Luís Maldonado, aos doze moinhos da cidade de Angra, na ilha Terceira. Refere o primeiro na *História insulana*, publicada em 1717 (Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1981, p. 274): “Tambem este Castelo Saõ Christovão se chama vulgarmente o Castello dos Moinhos, porque não menos de doze moinhos tem perto do tal Castello a Cidade, donde regiamente he provida, & com tanta abundancia de agua, que quando a Cidade quer, faz vir tal ribeyra della, que entrando nas largas ruas, por as calçadas dellas corre entre ladrilhos, deyxando-os seccos, & vay parar em o mar (...)”. Escrevera, por seu turno, o Padre Manuel Luís Maldonado no manuscrito da sua *Fenix angrense* (Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1989, p. 100): “He tradição antiga que logo que Alvaro Martins chegou a Ilha que deia ser pelos annos de 460 em diante fez seu assento em Angra onde tomou por citio das moradas que de novo edificou para sua viuenda aquelle em que hoie estão as cazas do Marquez, e elle seria sem duuida o que deu principio a obra do Castello dos Moinhos, cujo nome lhe foi imposto em rezão dos moinhos que na Ribeira da Cidade hauia já fabricado Alvaro Martins Homem, e senão todos doze que nela se achão parte dellas, e estes vem a ser os moinhos de que se trata na sua carta de Doação, em que a infanta permite os possa tirar no cazo que lhe não sejam pagos por João Vaz Corte real.”



Aspecto da levada que conduz a água ao cubo de um dos moinhos dos Calhambazes.

A questão da existência de água é aqui, obviamente, determinante, tratasse-se de aproveitar a que, sem limite, brotava da terra ou a de ribeiras que, alimentadas por nascentes (2), obrigassem à construção de represas. A situação de não abundância, ou mesmo de inexistência, explicará o recurso, nalgumas zonas das ilhas, a outra força motriz, o vento, o que talvez permita apontar para o aparecimento de moinhos de vento como alternativa, ou complemento, às azenhas, podendo ainda, nesta ordem de ideias, entender-se o facto de os desconhecer o lugar da Maia, especialmente rico em água na sua costa oriental, como significativo desta opção dos primeiros açorianos no que respeita ao uso de energias naturais.

2 – É preciso lembrar, neste contexto, que boa parte das ribeiras dos Açores são cursos de água temporários, secos durante a maior parte do ano. Algumas porém, alimentadas por nascentes, podiam ser aproveitadas para fins de energia hidráulica, como aconteceu no caso da Ribeira Grande na localidade do mesmo nome, na ilha de S. Miguel. Na de S. Jorge, as três ribeiras permanentes da freguesia de Santo Antão, onde deparamos também com alguns moinhos de vento, determinaram o aparecimento, nas suas margens, de azenhas que dispõem nas ribeiras de uma pequena represa, denominada “poço”, assim garantindo o seu funcionamento em períodos de escassez de água. Informação de José Morais.

Depenhando-se do cubo, nome dado à estreita torre (ou apenas parede mais larga) de pedra construída acima do moinho com o visor de imprimir maior força motriz à água, esta faz girar, através de outras peças que integram o mecanismo do moinho propriamente dito (1), a mó superior (chamada pedra) que, rodando sobre a mó fixa (chamada cambeiro), tritura o grão. A água volta a sair por uma arcaria, sobre a qual se ergue o chão do moinho (em lages de pedra), prosseguindo a sua marcha, levada fora, até ao moinho seguinte.

Construções utilitárias, os moinhos seguem a estrutura elementar da arquitectura doméstica introduzida na ilha pelos primeiros homens que aqui chegaram: as quatro paredes definem uma planta geralmente rectangular, coberta por um telhado de duas águas (2), revestido da tradicional telha de meia cana. Adivinha-se que a matéria-prima para a construção das paredes foi recolhida localmente: a rocha basáltica é rudimentarmente aparelhada, ou nem isso, restringindo-se tendencialmente o recorte linear da pedra aos cunhais e às vergas e ombreiras da porta e da única janela. Alguns dos moinhos apresentam as paredes revestidas de argamassa e cal, seja interior e exteriormente, seja apenas interiormente, mas uma parte das unidades não chegou a ser revestida, permanecendo à vista a pedra escura, em que se foi depositando, com o correr do tempo, a “patine” esbranquiçada que às paredes voltadas ao mar imprime a aragem carregada de sal.

O sedutor aspecto rústico que, pelo menos para nós, hoje, se desprende destas construções permanece uma particular evidência da odisséia vivida pelos homens em luta pela sobrevivência naquela porção de terra perdida a meio do Atlântico. O pão que não podia ser negado (que, em rigor, chegou a ser negado) aos que, privados da posse da terra, foram reduzidos à condição de meros geradores de força braçal, tendo de

1 – Registamos outros nomes dados às diferentes partes, em madeira, da estrutura do moinho: em cima, o estaleiro, por cuja escala se regia o moleiro para retirar a maquia, articulado à moega, caixa de forma piramidal invertida, donde, através da quilha, cai o grão, e ainda o cachorro, nome da peça colocada entre a quilha e a pedra, e o trincho, que, envolvendo as mós, recolhia a farinha, conduzindo-a às guardas, a que era atado o saco a entregar ao freguês.

2 – A opção pelo telhado de quatro águas é rara no caso das azenhas nos Açores, podendo lembrar-se a excepção das da Ribeira do Tagarete, na ilha vizinha de Santa Maria.

mendigam muitas vezes a “esmola do trabalho” (quando do direito ao mesmo não foram excluídos), foi assim parcialmente garantido, ao sabor das conjunturas mais ou menos favoráveis (1).

A situação social dos que trabalhavam nos moinhos é evidenciada pelo facto de se tratar sempre de rendeiros, que ao proprietário do imóvel, com quem se esforçavam por manter-se em boa relação, pagavam o aluguer em espécie, isto é, com parte do milho que recebiam para transformar em farinha. Com efeito, todos os moinhos da Maia pertenciam a famílias da freguesia que se destacavam, mais ou menos, por essa condição mesma de proprietários (não apenas dos moinhos, naturalmente), o que constitui outra evidência de ancestrais persistências que, no que respeita aos moinhos, remontam à Idade Média e foram transportadas para as ilhas, com o regime senhorial, pelos povoadores, na segunda metade do século XV (2).

Os moleiros residiam nas localidades vizinhas, geralmente, embora nem sempre, aquelas que serviam, nelas recolhendo a moenda, isto é, os sacos com milho ou trigo que no dia seguinte devolviam contendo a farinha. O pagamento do seu trabalho,

1 – O nome da Maia surge, com o de outros lugares da costa norte da ilha de S. Miguel, nas características sublevações que, com evidente raiz nas crises frumentárias, ciclicamente assolam a história açoriana, como em geral a história europeia, durante o Antigo Regime. Nas *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores* (Vol. II, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1961, p.437), Frei Agostinho de Montalverne deixou registo das agitações sociais ocorridas no ano de 1695: “Em 25 do dito mês [Março de 1695], dia de Nossa Senhora da Encarnação, desceu o povo do Porto Formoso, Maia, Fenais e Achadas a Vila Franca, em motim, chamando os vereadores à Câmara. Capitularam os preços dos mantimentos e cercaram os vereadores da Câmara, para verem se havia fome, e os descercaram, com lhe fazerem a vontade.”

2 – Como temos vindo a fazer no que respeita a outros aspectos do tema, embora sem a pretensão de avançarmos no sentido do enquadramento dos moinhos da Maia no contexto açoriano e mesmo português, notemos a diversidade de situações que nos Açores parece verificar-se também no que respeita à questão da propriedade. Na freguesia de Santo Antão da ilha de S. Jorge, tanto os moinhos de água como os de vento pertenciam ao próprio moleiro. Também ali, alguns dos moinhos eram propriedade conjunta de habitantes da freguesia, que moíam o seu grão em dias e horas previamente estabelecidos, possuindo todos chave do moinho e contribuindo equitativamente para a sua manutenção. Estaremos aqui perante restos de ancestrais formas de propriedade colectiva que remontariam aos próprios povoadores deste lugar da ilha de S. Jorge? Informação de José Moraes.

árduo pelas dificuldades da caminhada, sobretudo no inverno (1), pela existência isolada a que eram obrigados, fazia-se sob a forma de retenção de uma parte da moenda. No seio de uma população cujos proventos decorriam do trabalho da terra, seja como assalariados, seja como rendeiros, ou nalguns casos como pequenos proprietários, o moleiro, por seu turno, vivia da maquia (2) que retirava a cada alqueire do milho ou do trigo (3) que transformava, vendendo depois a farinha àqueles que, não dispendo de terra para cultivar, não possuíam cereal para moer.

Transmitida geralmente de pais a filhos, ou mesmo a genros, a profissão de moleiro surgia no tecido social em que se inseria com alguma particularidade, por assim dizer, e a personalidade daqueles que a tinham abraçado podia ser mais ou menos marcada pelo facto de passarem os seus dias, e algumas noites, na solidão da “rocha” (4). Assim, os moleiros, exclusivamente homens, de facto (5), além de não viverem do trabalho da terra, ao contrário de quase toda a população da Maia (com excepção das poucas famílias de pescadores que, certamente ao longo de toda a sua história, conheceu a freguesia), sofriam algum isolamento relativamente à própria família e à comunidade,

1 – Em dias de intempérie, podiam ser frequentes os atrasos na entrega da farinha, sobretudo quando as ribeiras “vinham cheias”, tornando perigosa a travessia das mesmas. Os moleiros que residiam na Maia, ou na Lombinha da Maia, tinham de cruzar duas ribeiras, a da Faleira e a dos Migueis, sobre as quais, no curso do carreiro que conduzia aos moinhos, naturalmente, não existiam pontes. (Muito recentemente, como tem acontecido com outros na ilha, foi este carreiro recuperado para os amantes das caminhadas e da natureza, para além da motivação, também recente, da descoberta da praia da Viola, a que o mesmo conduz, do lado do Ocidente.) Em épocas de mais trabalho, eram os moleiros forçados a pernoitar nos moinhos, onde para isso havia uma cama, ou uma enxerga. Tarefa especialmente pesada exigida pela profissão era a de “picar a pedra”, isto é, as mós, quando estas se apresentavam desgastadas pela fricção.

2 – Donde a expressão que o moleiro podia casualmente ouvir a alguma dona de casa que se sentisse lesada na maquia: “Esta farinha foi bem maquiada!”

3 – Era geralmente milho que moiam os moleiros. Raras eram as casas cuja “amassadura”, nome dado ao cereal entregue ao moleiro para converter em farinha, incluisse milho e trigo.

4 – Outro trabalho etnográfico de interesse a realizar consistiria na análise do sentido que tinham, localmente, expressões como “viver na rocha”, ou “viver no mato”, que acabavam por significar viver, em parte, fora da comunidade humana.

5 – A mulher do moleiro podia, ocasionalmente, acompanhar o marido na sua faina. Todavia, a condição da mulher na sociedade envolvente não lhe permitia ter profissão, o que nos impede aqui de falar de moleiras.

isto é, à aldeia a que pertenciam. Embora não saibamos se assim foi sempre no passado, em tempos mais recentes só excepcionalmente algumas famílias chegaram a ter nos moinhos residência permanente: a falta de habitações no período que antecedeu a última grande vaga migratória açoriana, para o Canadá sobretudo, nos anos 60 do século XX, forçou uma ou outra família a habitar no exíguo espaço dos moinhos (1). Não se verifica, no que respeita aos moinhos da Maia, o mesmo que em alguns da Ribeira Grande que, inseridos na malha urbana, apresentam dois pisos, servindo o superior à habitação da família do moleiro (2).

A importância dos moleiros é, em todo o caso, evidente, pela relevância da função que cumpriam, ligada à preparação do principal elemento da dieta da população local, o pão. Compreende-se, pois, que os diversos povoados do lugar da Maia dispusessem de mais do que um moleiro, com o seu conjunto de fregueses, o que significava que as famílias optavam pelo serviço de um deles. Lembramos que, ainda depois de meados do século XX, tanto a Maia como a Lombinha e a Lomba da Maia dispunham de dois, três ou mais moleiros por localidade. Apenas o povoado do Burguete foi servido, pelo menos num último período de funcionamento dos moinhos, por um único moleiro.

Esta circunstância, que se manteve até quase às derradeiras décadas do século XX, deve remontar aos primórdios da história dos Açores, ainda que o número dos moinhos tenha naturalmente aumentado ao ritmo do crescimento demográfico, como se disse. A primeira localidade da zona a perder os seus moleiros parece ter sido a Lomba da Maia, ainda antes de, por meados do século XX, ali surgir uma moagem mecânica, seguindo-se a própria Maia, que conheceu igualmente uma dessas unidades industriais,

1 – Por vezes, no verão, os moinhos albergavam, apesar da exiguidade do espaço, toda a família do moleiro, o que explica também porque alguns deles dispunham de forno para a confecção do pão.

2 – A comparação dos moinhos da Maia com os da Ribeira Grande permite outras conclusões, que a diferente dimensão dos povoados deixa também adivinhar: no caso dos da Maia assistiu-se ao progressivo aumento, determinado pelo crescimento populacional, do número das construções, que albergavam sempre um só moinho propriamente dito, enquanto na Ribeira Grande esta necessidade levou à concentração no mesmo edifício, necessariamente mais vasto, de vários rodízios, dando origem já a um tipo de unidade pré-industrial de maior dimensão. Este desenvolvimento exprime-se também na divisão do trabalho em outras profissões, como a do farinheiro e mesmo do aqueiro, cujas funções eram na Maia cumpridas pelo moleiro.

depois também desaparecida com o fim do cultivo, na ilha, de cereais para a produção do pão e da confecção doméstica do mesmo. Pesou também neste processo a não apetência da gente nova para as agruras da profissão. Hoje, alguma raríssima dona de casa que persista em utilizar o seu velho forno na cozinha, fazendo ainda o seu próprio pão, vai longe moer o cereal, ao moinho da Ribeira dos Caldeirões, mantido em funcionamento em paisagem ornamentada, para turista ver. Restos de um remoto passado, que, afinal, em diversos sentidos, está ainda bem próximo de nós!

Poucas freguesias da ilha de S. Miguel dispõem, como a Maia, de um conjunto tão vasto destas antigas unidades industriais, que em perfeita harmonia com o meio, num inteligente recurso à energia renovável que é a água, que ali brota inesgotavelmente da terra, lhe preserva um valor que só por grosseira insensibilidade deixaríamos de reconhecer. Mesmo que a inactividade a que recentemente (a geração a que pertence o autor destas linhas ainda conheceu todos os moinhos em plena laboração) a evolução os condenou torne inviável a hipótese da sua recuperação para a finalidade com que foram construídos, outras lhes poderão ser consignadas (a exploração turística, por exemplo), salvando da ruína, infelizmente já em curso, este interessante acervo patrimonial.

Os moleiros, e as ancestrais paredes onde exerceram esforçadamente o seu ofício, dele retirando o magro sustento dos seus dias, trouxeram até aos nossos dias o que Luís de Ataíde chamou de formas de “vida antiga”, mais particularmente uma forma de indústria primitiva que, servida por rudimentar, mas eficaz estrutura tecnológica, sem danos para o meio ambiente, cumpriu a sua função ao longo de cinco séculos. Eles particularmente evidenciam as seculares permanências que marcam a história da sociedade açoriana, sem o conhecimento das quais, como hoje facilmente reconhecemos, não entenderíamos o seu presente.